

(Publicada no DOU de 20/6/2007, Seção 1, pág. 116)

PORTARIA Nº 149, DE 28 DE MAIO DE 2007 (*)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2007, na forma do anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTON ALENCAR RODRIGUES

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 31/5/2007, seção 1, pág. 94, com incorreção no original.

ANEXO

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2006 A ABRIL DE 2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Mai/2006 a abr/2007		
	Liquidadas	RP não Processados ²	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	953.080	8.846	961.926
Pessoal Ativo	580.128	3.307	583.435
Pessoal Inativo e Pensionistas	372.952	5.539	378.491
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1.º da LRF)	-	-	-
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1.º da LRF) (II)	410.769	-	410.769
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	88.237	-	88.237
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ¹	322.532	-	322.532
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I -II)	542.311	8.846	551.157
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	357.359.177		
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (III/IV) * 100	0,154231%		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,4300%	1.536.644		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,4085%	1.459.812		

FONTE: SIAFI (>CONSULTORC) e Portaria STN n.º 298, de 16 de maio de 2007 (RCL).

NOTAS: 1 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados corresponde às fontes de recursos 56 e 69;
2 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2006.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário-Geral de Administração

WAGNER MARTINS DE MORAIS
Secretário de Controle Interno
Substituto

ARY FERNANDO BEIRÃO
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade